

## ARQUITETURA COMO ELEMENTO DE PERIODIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE ITAPINA/ES

Kamila Drago Bona

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Professora Especialista 1 do Centro Universitário do Espírito Santo (UNESC-Campus Colatina)

Renata Hermann de Almeida

Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Artes, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)  
renatahermann@gmail.com

### RESUMO:

O distrito de Itapina, município de Colatina, tem sua ocupação consolidada nos anos de 1940, momento de seu apogeu como centro regional. Essa condição é interrompida entre 1960 e 1970, após rearticulação geopolítica de base estadual, responsável por sua estagnação. Testemunho do período de prosperidade, o conjunto histórico e paisagístico de Itapina é “resgatado do tempo” por valoração patrimonial tutelada pelo Conselho Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, em 2013. Frente a este contexto histórico, o artigo realiza a representação de periodização urbano-arquitetônica do distrito, com o objetivo de atualização de seu ciclo de territorialização – mudanças espaço-tempo, por meio de mapeamento - *software* de geoprocessamento, *QuantumGIS*, com levantamentos aerofotogramétricos de 1970 e 2012/2015. Como resultado, as análises revelam a periodização urbano-arquitetônica de Itapina, sua espacialização e sua atualização.

Palavras-chave: espaço urbano; patrimônio; arquitetura; história; mapeamento.

GT – 8: Geografia histórica urbana.

## 1 INTRODUÇÃO

No decorrer do tempo, o homem apresenta diferentes aspectos de empoderamento sobre o lugar em que vive. Na contemporaneidade, os processos crescentes e acelerados de transformação promovem no território transformações de forma cada vez mais rápidas. Os países, as cidades, os municípios, vivem uma competitividade produtiva, comercial e financeira e, desta forma, faz-se necessário a adequação às novas ordens produtivas, o que, em muitas vezes, promove mudanças na organização e produção espacial. Assim, para compreender uma região é preciso um esforço no conhecimento do seu panorama histórico, contextualizado com suas transformações geográficas.

Segundo Lins e Rios (2010), o espaço demonstra as contradições criadas e apreendidas nas relações da sociedade, ou seja, é o produto e a manifestação da sociedade, os quais variam em função do momento histórico vivido. Dessa forma, compreendido como processo, o território é expressão econômica, política e social de uma contínua territorialização, resulta de sua produção e reprodução. Frente a essa condição, faz-se necessário uma análise de sua duração histórica para o entendimento de sua totalidade. Nesse cenário, o estudo percorre na periodização dos lugares, contestando o discurso de esvaziamento, denominação atribuída a alguns locais do Brasil.

O recorte territorial adotado para estudo é o núcleo urbano do distrito de Itapina, pertencente ao município de Colatina, região Noroeste do estado do Espírito Santo, e distante 166km da capital do estado, a cidade de Vitória. Está localizado às margens do Rio Doce e da Estrada de Ferro Vitória-Minas.

O período próspero de Itapina ocorre na fase áurea do café, instaurada por volta de 1907, com a construção da estrada de ferro e da estação ferroviária. Um conjunto de fatos faz retroceder o desenvolvimento urbano do distrito, ainda no período áureo do café. Como consequência, a ausência de atrativos para atividades econômicas praticamente isola comercialmente o distrito; sendo possível afirmar, seu desenvolvimento e regressão urbanos ocorrem em apenas um século.

Assim, o objetivo deste artigo é apresentar representação da periodização do núcleo urbano do distrito, por meio da identificação dos processos de mudanças do lugar, como os processos urbanos, territoriais, de transformações, de esvaziamento ou não, decorridos em função da dinâmica social local, considerando sua complexidade social, urbana e suas características tipológicas.

Para isso, metodologicamente, desenvolve-se uma pesquisa bibliográfica de âmbito histórico, com o objetivo de delinear a formação urbana de Itapina. Essa permite identificar tanto uso e ocupação do solo, reconhecendo as atividades desenvolvidas e importância econômica, quanto caracterizar arquitetonicamente o conjunto edificado, o qual configura a época de sua construção. Recorrendo à ferramenta tecnológica de geoprocessamento G-SIS, busca-se registrar o crescimento ocupacional ou não do distrito entre os anos de 1970 e 2012-2015. Por meio de mapeamento *in loco*, procura-se retratar a ocupação e o uso das edificações e identificar, com auxílio de fotografias, elementos arquitetônicos que, somados ao mapeamento, apontam a capacidade de futuro e, conseqüentemente, de duração do território. Por fim, as análises permitem identificar relações de apropriação do território, revelando, então, a periodização urbana do distrito de Itapina.

## 2 A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO ESPAÇO URBANO DE ITAPINA

De acordo com Posenato (1997), os primeiros imigrantes para o Espírito Santo chegam em 1847, na Colônia de Santa Isabel, os quais são quase totalmente provenientes das regiões do Norte da Itália. Em meados do século XIX, a província do Espírito Santo é uma das mais atrasadas do Brasil. De acordo com Silveira (2016), grande parte da formação da estrutura fundiária do Espírito Santo ocorre em função de terras devolutas; fato esse alterado, segundo Saletto (1996), com a abolição da escravatura, momento em que a venda de terras pelo governo passa a ser a base de ocupação do território capixaba. Ainda segundo a autora, o café impulsiona o desenvolvimento do estado, em meados do século XIX. A produção cafeeira mantém-se forte até a década de 1960, mesmo passando por oscilações.

O distrito de Itapina localiza-se a 30 km da sede do município a que pertence, a cidade de Colatina (Figura 01) e a 166km da capital do estado, a cidade de Vitória. Está localizado às margens do Rio Doce e da Estrada de Ferro Vitória-Minas. Segundo Silveira (2010), o processo de ocupação do distrito ocorre em dois momentos - no início na metade do século XIX, com a chegada de fluminenses e mineiros, e no início do século XX, com a chegada de imigrantes europeus, vindos predominantemente da Itália. Segundo Tesch (2018), na sua origem, Itapina se chama Laje, e, na sua territorialidade, são identificados índios Munhageruns e Nac-Nuncs, pertencentes à nação dos Botocudos.

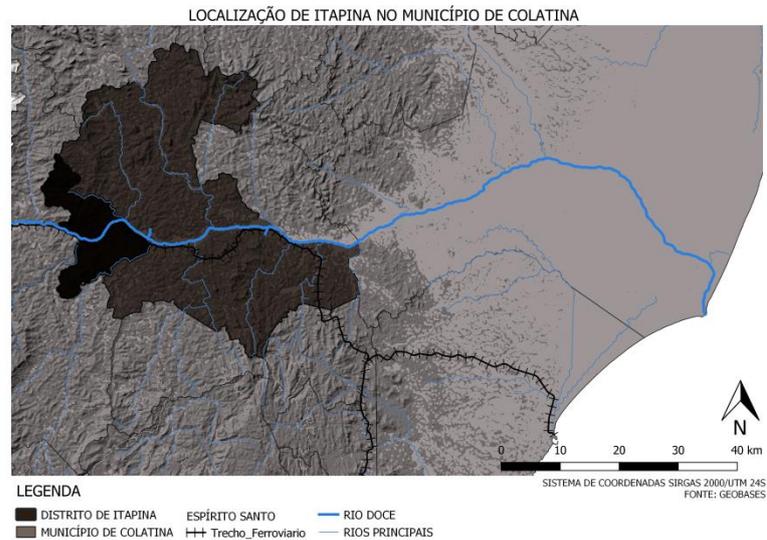


Figura 01: Localização do distrito de Itapina, no município de Colatina.  
 Fonte: Elaborado pelas autoras, 2019.

O desenvolvimento de Itapina se dá às margens do Rio Doce, sendo que seu período próspero ocorre na fase áurea do café, e por volta de 1907, com a construção da estrada de ferro e a estação ferroviária, e associada substituição do transporte da produção regional, até então realizada em lombos de burros ou carros de boi. Assim, segundo Tesch (2018), a localização geográfica do distrito às margens do Rio Doce, o sistema de navegação a vapor e a instalação da estrada de ferro, para distribuição das mercadorias, promovem a chegada de muitos imigrantes – italianos, alemães, portugueses e sírio-libaneses – e propiciam a implantação de uma estrutura comercial, fazendo do núcleo urbano importante entreposto comercial, atraindo outros comerciantes de tecidos, produtos de necessidades básicas, não produzidos nas propriedades rurais, e até loja de automóveis.

Conforme Tesch (2018), o povoamento ocorre a partir de 1915, e seu apogeu econômico se dá entre as décadas de 1920 e 1960. De acordo com processo de tombamento do sítio histórico urbano de Itapina (2013), entre as décadas de 1920 e 1940, a inserção da agricultura ocorre de forma mais significativa, e, à medida que a produção cafeeira cresce, amplia-se a oferta de comércio e serviço para atender aos colonos que para ali se deslocam, para comercializar o café e comprar mercadorias. Em 1940, de forma a atender com mais agilidade o transporte dos produtos entre a região de Afonso Cláudio e Itapina, a administração da Companhia Estrada de Ferro Vitória-Minas organiza um transporte rodoviário responsável por transformar a Estação de Itapina em uma das mais movimentadas da companhia.

Um conjunto de fatos vai eliminando o desenvolvimento urbano de Itapina, ainda no período áureo do café. Um desses fatores é à Crise do Café, em 1929. Com a adesão dos cafeicultores, a campanha presidencial de erradicação dos cafezais, a economia cafeeira se enfraquece. É a partir das décadas de 1950 e 1960, de acordo com Tesch (2018), que a política de erradicação se intensifica, contribuindo para o êxodo de muitos moradores e famílias. Além disso, a construção, em 1928, da Ponte Florentino Ávidos, no atual centro da cidade de Colatina, possibilita novas rotas para o norte do estado do Espírito Santo. Em 1947, o Serviço de Transporte Rodoviário é extinto e anos mais tarde a estação ferroviária é desativada (Figura 02). A junção desses acontecimentos deixa Itapina sem atrativos para as atividades econômicas. Somada a esses fatos, está a construção inacabada da ponte sobre o Rio Doce, iniciada em 1956, no governo de Juscelino Kubitschek, projetada para ligar o distrito à BR-259, possibilitando um acesso de menor percurso ao distrito, além de ampliar o desenvolvimento entre as áreas urbanas e rurais (TESCH, 2018) (Figura 03).



Figura 02: Estação Ferroviária desativada.  
Fonte: Kamila Drago Bona, 2018.



Figura 03: Ponte inacabada sobre o Rio Doce. Ligação entre o distrito de Itapina e a BR259.  
Fonte: Kamila Drago Bona, 2018.

Conforme afirma Tesch (2018), o processo de urbanização de Itapina está relacionado ao processo econômico – ciclo do café. De acordo Resolução de Tombamento de Itapina (2013), o distrito apresenta um traçado urbano linear, o qual acompanha a conformação das margens do Rio Doce, e, de certa forma, é adaptado à topografia e inclinação do terreno, o qual é marcante – urbanização entre o rio e a montanha (Figura 04).



Figura 04: Traçado urbano do distrito de Itapina.  
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2019.

A história de Itapina possui ligação direta com a história do município de Colatina. Seu desenvolvimento e regressão urbana ocorrem em apenas um século, condição constatada por meio de seu Patrimônio Arquitetônico, o qual representa não só a história local, mas, também, a falta de cuidado e manutenção para com estes. Com o intuito de proteger o patrimônio local e estadual do distrito, em 2013, por meio da Resolução nº 003/2013, o Conselho estadual de Cultura decreta o tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Itapina. Conforme a Resolução de Tombamento (2013), o distrito possui edifícios com características da arquitetura Vernacular, Eclética e até exemplos da arquitetura Moderna e Protomoderna, com gabarito que varia entre um e dois pavimentos. A maioria das edificações tem estrutura em alvenaria, com telhados de duas águas ou com platibanda escondendo o telhado (Figuras 05 e 06). Quanto à implantação das edificações no lote,

(...) grande parte dos imóveis no Sítio Histórico de Itapina estão alinhados com a via pública, e, nas quadras onde há maior concentração de imóveis tombados, a predominância é de imóveis sem afastamento lateral ou com afastamento em apenas uma das laterais. Contudo, existem muito edifícios no sítio histórico com afastamentos laterais e também frontais. (RESOLUÇÃO DE TOMBAMENTO, 2013, p.13).



Figuras 05 e 06: Imóvel térreo, com platibanda escondendo telhado de duas águas e afastamentos laterais.  
Fonte: Kamila Drago Bona, 2018.

O Sítio Histórico e Paisagístico de Itapina sofre modificações, sendo a maior, segundo a Resolução de Tombamento (2013), a alteração nos imóveis: troca dos telhados, pintura, ampliações (de garagem e varandas, por exemplo), novos revestimentos, fechamento e abertura de vãos, entre outros (Figuras 07 e 08).



Figura 07: Fechamento de vãos da fachada.  
Fonte: Silveira, 2016.



Figura 08: Imóvel com garagem lateral.  
Fonte: Resolução CEC nº003, 2013.

Entretanto, o lugar guarda remanescentes de sua formação, como os lotes, quadras, implantação dos edifícios no terreno. Ainda segundo a Resolução de Tombamento (2013), o estilo arquitetônico predominante é o Vernacular, arquitetura simples, com poucos recursos de construção e a caracterização de uma cultura tradicional local de imigração europeia (Figura 09). Ainda é possível identificar edificações que caracterizam as construções atuais, a expansão urbana do distrito, ou seja, sua persistência no tempo. Alguns elementos arquitetônicos, como telha colonial, janelas de correr em vidro e alumínio, varandas frontais, muros, entre outros, possibilitam caracterizar essa fase de deterritorialização de Itapina (Figuras 10).



Figura 09: Imóvel com característica de estilo Vernacular.  
Fonte: Resolução CEC nº003, 2013.



Figura 10: Imóvel com varanda, telha colonial e janela de correr, em vidro e alumínio.  
Fonte: Kamila Drago Bona, 2018.

Segundo Lins e Rios (2010), para realizar a periodização de processos regionais, é preciso que as estruturas espaciais pretéritas sejam analisadas para, assim, serem definidos os marcos espaciais da produção. Dessa forma, é necessário entender os processos de construção e desconstrução regional, identificar os fatos e aspectos significativos da evolução espacial do local de estudo. Contudo, mesmo que não sejam compreendidas todas ligações entre as diferentes fases que a região passa, é possível identificar os traços mais relevantes de sua história e apresentar os elementos que possibilitem a compreensão de sua situação atual.

Assim, por meio de metodologia qualitativa descritiva e mapeamento de dados, busca-se identificar a conservação e transformação do território de Itapina. A pesquisa bibliográfica a respeito do histórico de urbanização permite identificar os primeiros ocupantes, reconhecendo também suas atividades e sua importância econômica para a região Norte do Espírito Santo. De continuidade na história da região, procura-se reconhecer a atual situação, onde mapeamentos das edificações nos anos de 1970 e 2012-2015, por programa computacional (G-SIS), buscam registrar o crescimento ocupacional do distrito, e assim contribuindo para a compreensão do distrito.

O mapeamento *in loco* das edificações existentes e seu uso busca verificar a ocupação das edificações e a permanência ou não dos moradores/proprietários nas mesmas, retratando, assim, a realidade da ocupação do distrito. Em seguida, identifica-se o (s) padrão (ões) construtivo (s) presente (s) no local, como forma de reconhecimento de etapas de ocupação e consequente expansão urbana-territorial do distrito. Por fim, a aplicação de instrumentos para o

reconhecimento do território permite uma compreensão processual dos ciclos de territorialização do lugar - sua trajetória-, ou seja, apresenta a periodização.

### 3 RESULTADOS E ANÁLISES

Segundo Costa (2007, p.26), o Atlas tem origem com visão das cidades do século XVI, estes “reuniam mapas e imagens de cidades com o propósito de fomentar a ocupação de recém-descobertos paraísos terrestres ou divulgar as riquezas e o poderio de antigas cidades europeias”. No século XVIII, esse propósito começa a ser alterado, e a dimensão menos visível passa a ser considerada, sendo então analisados aspectos culturais, sociais, demográficos, médicos e econômicos, ou seja, aspectos do lugar antes não claramente apresentados nas representações das cidades.

A representação identitária, segundo a abordagem territorialista italiana, é ser motivada por evidenciar a possibilidade da produção de riqueza a partir da valorização sustentável das particularidades de cada lugar, representar os elementos locais dotados de valores patrimoniais - bens comuns- que podem ser recursos nos projetos de transformação do lugar com a condição de manutenção ou aumento de valor.

Os sistemas de informações geográficas (SIG) se destacam no campo técnico e operacional, facilitando a aquisição, o tratamento, as análises e o arquivamento das informações espaciais. Expõe-se, ainda, a utilização contemporânea das geotecnologias como uma forma de compreensão e representação do território, em constante processo de transformação, tanto nas paisagens do ambiente natural quanto no ambiente urbano construído.

Na primeira análise, realiza-se a identificação da área urbana de Itapina por meio de mapeamentos. A produção é realizada através de *software* de geoprocessamento, o Sistema de Informação Geográfica *QuantumGIS*. Como base para gerar os mapas, são utilizadas ortofotos obtidas do Sistema Integrado de Bases Geoespaciais do Estado do Espírito Santo (GEOBASES). Para a região em estudo, estão disponíveis os aerolevantamentos de 1970 e 2012-2015. Dessa forma, realiza-se a representação da expansão urbana, em um paralelo entre essas datas. E, para avaliar o crescimento urbano, são produzidos dois mapas, um para cada data -1970 e 2012-2015. Em função da ortofoto de 1970 não ter resolução satisfatória, não é possível a identificação e a demarcação de cada edificação; sendo assim, adota-se o sistema de “manchas: quadras-ocupação”, para identificar os locais ocupados. A sobreposição das “manchas: quadras-

ocupação” de 1970 e 2012-2015 é efetuada de maneira a apresentar a expansão urbana de Itapina nesse período (Figuras 11, 12 e 13).

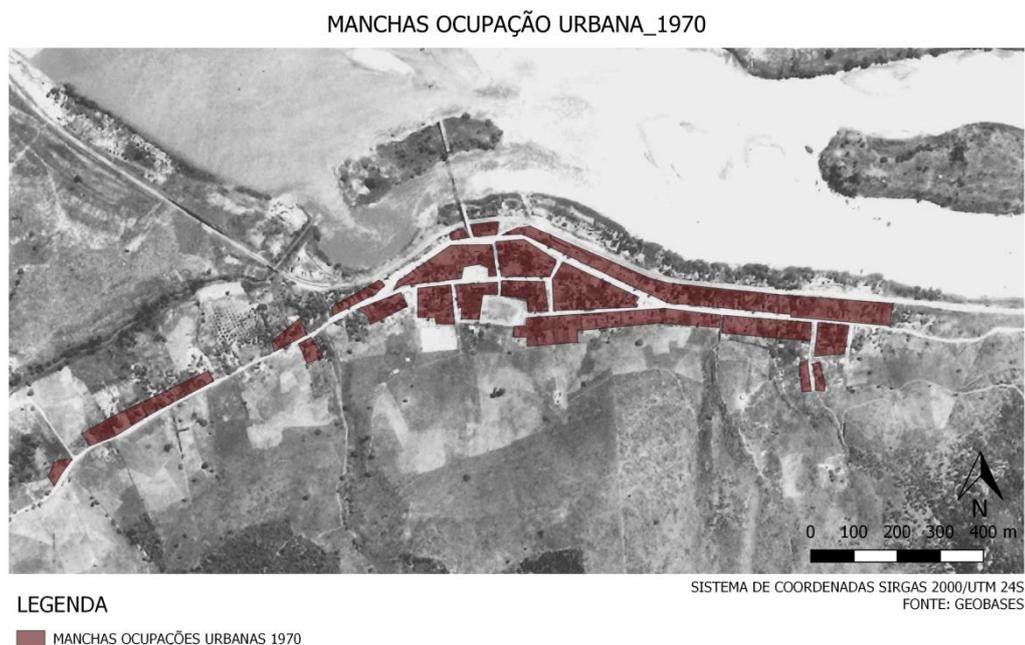


Figura 11: Mapa do distrito de Itapina com “manchas quadradas-ocupação” de 1970.  
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.



Figura 12: Mapa do distrito de Itapina com “manchas quadradas-ocupação” de 2012-2015.  
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

MAPA MANCHAS OCUPAÇÃO URBANA



Figura 13: Mapa de sobreposição de “manchas quadras-ocupação” - 1970 e 2012-2015, do distrito de Itapina.  
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

Em um segundo momento, de maneira a auxiliar o reconhecimento das áreas ocupadas e uma expansão ou não do território de Itapina, desenvolve-se um segundo mapa, identificando as vias de tráfegos, rodovia e ferrovia. As vias de tráfego rodoviário são classificadas em ordem crescente de utilização, adotando-se a largura da via para essa definição, sendo nomeadas da mais larga para a menos larga como: para o traçado viário de 1970 - avenida principal, rua secundária 01, rua secundária 02, e para o traçado viário de 2012-2015 - avenida principal, rua secundária 01, rua secundária 02, rua secundária 03 (Figuras 14 e 15).

VIAS E FERROVIA\_ 1970

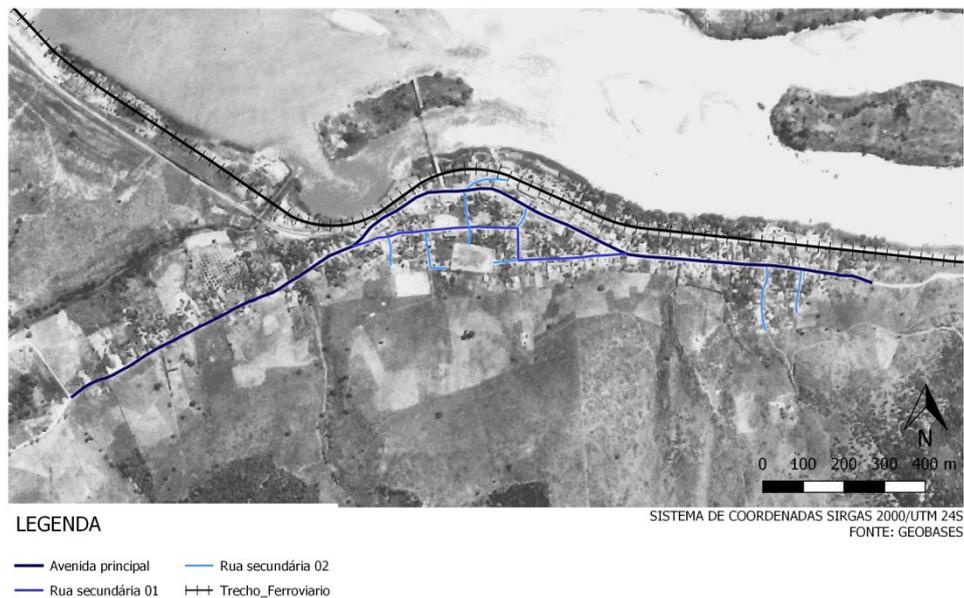


Figura 14: Mapa do distrito de Itapina com indicação das vias – rodovias e ferrovia - de 1970.  
 Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

VIAS E FERROVIA\_ 2012-2015



Figura 15: Mapa do distrito de Itapina com indicação das vias – rodovias e ferrovia - de 2012-2015.  
 Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

A compreensão da identidade de um lugar, dos seus processos históricos de territorialização, segundo Magnaghi (2001), ocorre por meio de sucessivos ciclos de civilização-relação entre o assentamento humano e o meio ambiente. Assim, esses ciclos não se referem à natureza original, mas, sim, são nutridos pelos atos territorializantes dos ciclos anteriores que, se reinterpretados,

estruturam de modos diferentes o território. Dessa maneira, o espaço natural, composto por personalidade, identidade, individualidade da paisagem, torna-se um território originário dos “lugares”. Verifica-se assim, a defesa de Magnaghi (2001) por um novo território, com participação da população, e menos alienação e subordinação, ou seja, a interpretação da territorialização. Segundo Saquet (2015), a abordagem territorial está reconhecendo as contradições, o movimento, a natureza, a identidade, é uma abordagem reelaborada.

Nesse contexto, por meio de mapeamentos *in loco*, em 2018, busca-se conhecer a organização da área estudada e a vida cotidiana existente, ou seja, conhecer o território de Itapina que, segundo Saquet (2015), em análise a Magnaghi, é construído historicamente, inerente aos processos coevolutivos, humanos e ambientais. Para isso, realizam-se visitas ao distrito, juntamente com um morador da região, uma vez que este conhece melhor o local e suas vivências.

A classificação dos usos das edificações ocorre à medida que o vilarejo é percorrido. Identificam-se 10 (usos) nas edificações, comércio; comércio e residência, desuso – abandonado; igreja (religiosidade); público; recanto; residencial – temporada; residencial 2 pavimentos; residencial térreo e restaurados (Figura 16). Algumas edificações não são classificadas, algumas vezes, em razão da dificuldade de acesso à mesma e, em outros momentos, por não haver moradores no momento da visita *in loco*. Nota-se, por meio do mapeamento apresentado na figura 17, que a maioria das edificações possui uso residencial, seguido dos usos misto, residencial e comercial, ou seja, verifica-se uma população permanente. Assim, a realidade do distrito é de ocupação e não de esvaziamento.

USOS EDIFICAÇÕES 2018

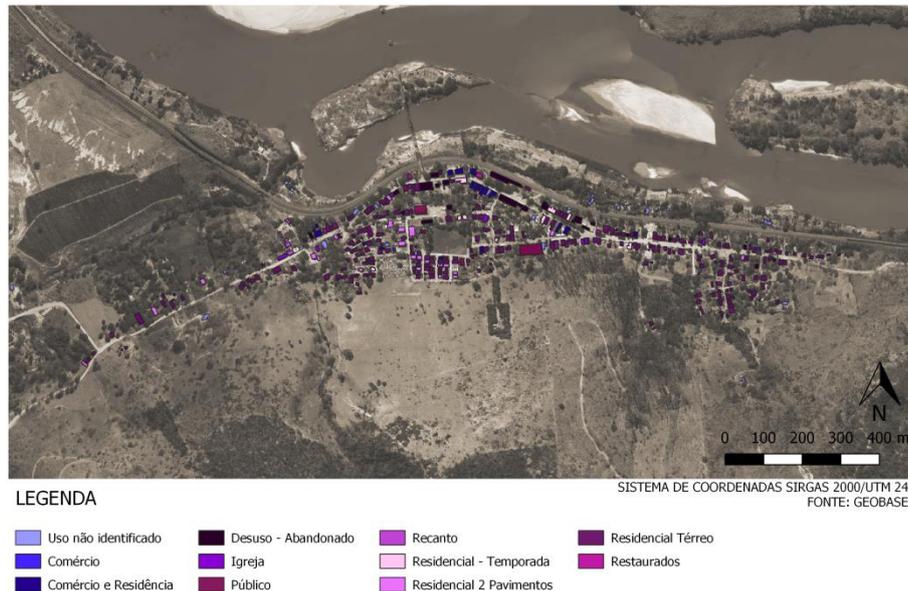


Figura 16: Mapeamento de classificação do uso das edificações do distrito de Itapina.  
 Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

Segundo Castiglioni (2010), além de europeus, Itapina recebe alguns poucos imigrantes libaneses. Dessa forma, com tradições diferentes, o distrito desenvolve um modo de vida interessante para a época. A mescla de culturas se reflete nas características arquitetônicas dos casarios. Quanto à arquitetura, conforme afirma Silveira (2016), há a presença da arquitetura popular do imigrante e tradicional brasileira, existindo também uma arquitetura com predominância de características ecléticas e protomodernas. Com relação à tipologia, destacam-se a arquitetura residencial de casas térreas e de sobrados; a arquitetura de uso misto – térreo comércio e primeiro pavimento residência; a arquitetura industrial – armazéns e estação ferroviária; e a arquitetura religiosa. Ainda segundo Silveira (2016), em geral, as edificações não possuem afastamento frontal, contudo, algumas apresentam presença de varandas e afastamento laterais, características incorporadas nos grandes centros brasileiros no fim do século XIX. Além disso, pode-se considerar uma preocupação com a estética das edificações, identificada na presença de adornos, platibandas cuidadosamente acabadas.

Em vista do exposto, realiza-se uma identificação da arquitetura, desde a fundação do núcleo urbano até os dias atuais. Mediante visita *in loco* e fotografias, são reconhecidos elementos arquitetônicos, adotados como base para a divisão das construções em três categorias - Grupo 01, Grupo 02 e Grupo 03 (Tabela 01). As edificações inseridas no Grupo 01 apresentam em sua construção elementos arquitetônicos do período de formação do distrito (Figura 17); as

edificações do Grupo 02 apresentam em sua construção elementos de transição entre a formação do vilarejo e a contemporaneidade (Figura 18), as edificações do Grupo 03 apresentam em sua construção elementos caracterizadores de construções atuais (Figura 19). Portanto, a categorização das edificações revela expansão urbana e territorial do vilarejo, comprovando sua resistência no tempo.

Tabela 01: Caracterização dos elementos arquitetônicos dos Grupos construtivos de Itapina.

Grupo 01	Grupo 02	Grupo 03
<ul style="list-style-type: none"> <li>-Platibanda adornada;</li> <li>-Telha francesa;</li> <li>-Janela em madeira (folhas de abertura horizontal);</li> <li>-Porta em madeira (folhas de abertura horizontal);</li> <li>-Fachada sobre testada do lote.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Platibanda com poucos adornos;</li> <li>-Telha francesa e colonial;</li> <li>-Janela de abrir e correr em madeira, e madeira e vidro;</li> <li>-Fachada sobre testada do lote.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Telha colonial, portuguesa e plan;</li> <li>-Janela em madeira, madeira e vidro e alumínio e vidro (abertura horizontal e de correr);</li> <li>-Varanda frontal;</li> <li>-Terraço e dois pavimentos;</li> <li>-Edificação isolada no lote, com muros frontais e laterais.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2019.



Figura 17: Edificações com elementos arquitetônicos do Grupo construtivo 01.

Fonte: Kamila Drago Bona, 2018.



Figura 18: Edificações com elementos arquitetônicos do Grupo construtivo 02.

Fonte: Kamila Drago Bona, 2018.



Figura 19: Edificações com elementos arquitetônicos do Grupo construtivo 03.

Fonte: Kamila Drago Bona, 2018.

De posse da categorização, realiza-se mapeamento para identificar a localização dos grupos (Figura 20). No mapa, é possível confirmar que a ocupação do distrito inicia-se às margens do

Rio Doce. Em seguida, as edificações expandem-se, principalmente, para Leste e uma parcela menor para Sul. Em um terceiro momento, identifica-se um grande crescimento para Sul e Leste do distrito. Dessa forma, a caracterização das edificações, por meio de elementos arquitetônicos, confirma a periodização, uma vez que a arquitetura possibilita a identificação de etapas de transformações ocorridas em função de seu desenvolvimento.

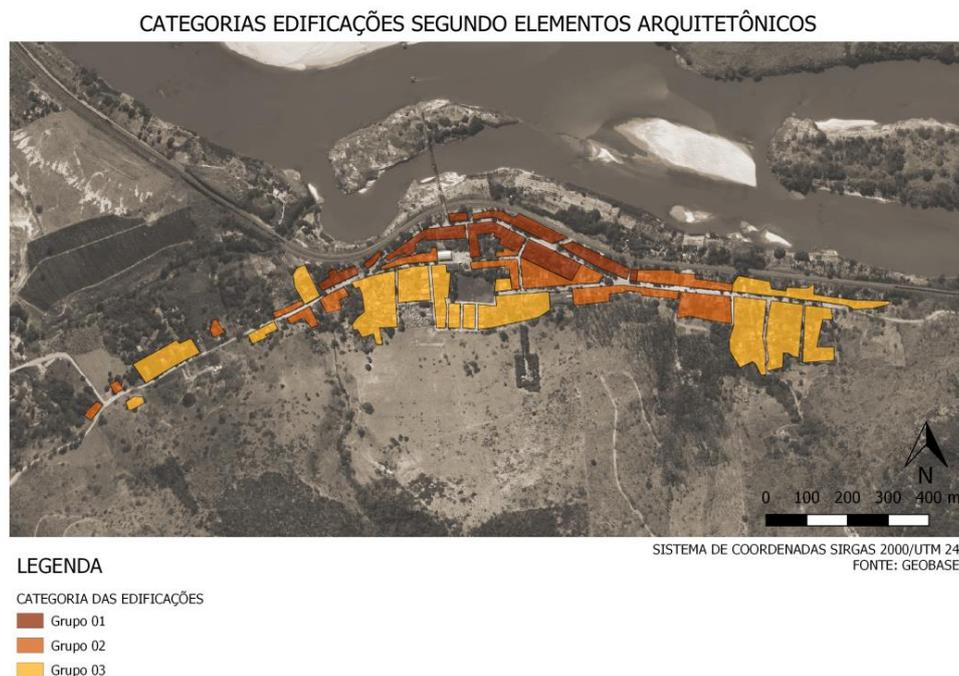


Figura 20: Mapa com a localização de edificações segundo elementos arquitetônico dos Grupos.  
 Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como um ativo, o território pode ser dissipado, preservado ou valorado, sendo pensado para as gerações futuras. De acordo com Magnaghi (2001), o território é dissipado com o crescimento econômico por meio da industrialização. Assim, para preservá-lo, deve-se conter o consumo dos recursos ambientais e territoriais; e, para a valoração do território, é preciso existir interação entre os sistemas ambientais, construídos e antrópicos. Ou seja, se aumentado de valor, o patrimônio territorial possibilita planos e projetos para o desenvolvimento autossustentável dos lugares.

As transformações das cidades, das atividades comerciais, das relações humanas, dos modos de viver estão ocorrendo de forma muito rápida, tornando difícil pensar que alguém ou algum lugar possa viver ou existir sem ser modificado. Contudo, cada pessoa, cada lugar é particular e tem

então sua reação a essas transformações, onde, muitas vezes, podem ser mais ou menos aceitas, fazendo-se necessário um posicionamento quanto à demanda de transformações, e, principalmente, suas dimensões quantitativas e qualitativas. Na maioria das vezes, as mudanças parecem ocorrer, mais facilmente, uma vez que um “bem comum” deve ser atendido; contudo, faz-se necessária a compreensão dos elementos componentes do lugar – natureza, população, ou seja, frente à existência de contradições, de identidade, é preciso uma reelaboração no âmbito territorial tendo como pressuposto a participação da população residente e usuária do local.

Atualmente, qualquer lugar, por mais distante que esteja dos grandes centros urbanos, sofre processos de transformação, que podem ser menos intensos, em função de sua dimensão territorial e localização geográfica. Assim, as transformações ocorrem em função das necessidades dos que ali vivem.

Itapina passa por importantes transformações, principalmente no período de sua formação, uma vez ser detentor de uma economia de grande expressão, particularmente no referente à produção do café. Contudo, com a interrupção do período de seu auge, o desenvolvimento não é mais reconhecido na região. Dessa forma, usa-se um discurso de esvaziamento do distrito. Contudo, os mapeamentos produzidos revelam as mudanças ocorridas no distrito referentes à processos urbanos, os quais são resultados das dinâmicas sociais locais. O mapa de “manchas quadr-ocupação”, associado ao de vias, ambos datados de 1970 e 2012-2015, apresenta uma expansão urbana da vila. A classificação do uso das edificações, e seu respectivo mapeamento, confirma a permanência dos moradores no distrito e, conseqüentemente, a vivência e continuidade de dinâmica do lugar. A arquitetura presente na avenida principal reflete o período de prosperidade do distrito, impulsionado pela fase áurea do café e pela construção da Ferrovia Vitória-Minas.

Neste contexto, a arquitetura é um elemento de relevância e, com isso, a categorização das edificações, por identificação de elementos arquitetônicos, contribui para o entendimento das etapas de desenvolvimento do distrito, ou seja, estabelece uma identidade territorial, não uma identidade “dada”, porque está sempre em curso, não uma única identidade, mas, múltiplas identidades – personagens da paisagem, aspectos materiais e cognitivos, persistências e permanências. Portanto, a análise dos elementos arquitetônicos das edificações possibilita a compreensão das transformações territoriais em sua manifestação espaço-temporal, evidenciando os processos de expansão urbana e apresentando então uma periodização urbano-arquitetônica para o distrito de Itapina.



Simpósio  
Nacional de  
Geografia Urbana

**xvi**  
**simpurb**

14 a 17 de novembro de 2019  
Local: Teatro da Ufes e CCHN

## 5 REFERÊNCIAS

CASTIGLIONI, L. A. **Trajectoria de um Vilarejo [Itapina]**. 2010. Monografia. (Bacharel em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de artes, Universidade Federal do Espírito Santo, 2010.

COSTA, Francisco de A. da. Atlas Histórico de cidades: a cidade como objeto de investigação. In: CADERNOS PPG-AU/UFBA, Vol. 6, edição especial, 2007. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/2633/1864>>. Acesso em 07 jul. de 2018.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/>>. Acesso em 04 jul. de 2018.

LINS, Robson Oliveira; RIOS, Ricardo Bahia. Periodização como metodologia de análise regional: o caso da região de Amargosa – Bahia. In: GEOGRAFIA: ENSINO & PESQUISA, Vol. 14, n. 2, p. 63-70, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/29728/pdf>. Acesso em: 07 jul. de 2018.

POSENATO Júlio. **Arquitetura da Imigração Italiana no Espírito Santo**. Porto Alegre: Posenata Arte & Cultura, 1997. 560p.

PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DE SÍTIOS HISTÓRICOS DO ESPÍRITO SANTO. SÍTIO HISTÓRICO DE ITAPINA. Instituto SINCADES.

**RESOLUÇÃO CEC Nº 003/2013**. Disponível

em:<[https://secult.es.gov.br/Media/secult/resolu%C3%A7%C3%B5ess1/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CEC%2003.2013\\_Tombamento%20de%20Itapina\\_does.pdf](https://secult.es.gov.br/Media/secult/resolu%C3%A7%C3%B5ess1/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CEC%2003.2013_Tombamento%20de%20Itapina_does.pdf)>. Acesso em 30 abr. de 2018.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. 192p.

SALETTTO, Nara. Trabalhadores Nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do espírito Santo (1888-1930). Vitória, ES: EDUFES, 1996. 252 p.

SILVA, Douglas G. Sítio histórico de Itapina/ES: o patrimônio enquanto monumento a ser preservado e a sua problemática atual de preservação. In: IX MESTRES E CONSELHEIROS. AGENTES MULTIPLICADORES DO PATRIMÔNIO. Belo Horizonte, 2017. p. 837-849. Disponível em: <<https://even3.blob.core.windows.net/anais/MESTRESECONSELHEIROS2017.pdf>>. Acesso em 30 abr. de 2018.

SILVEIRA, Aline V. O sítio histórico de Itapina/ES e a paisagem cultural do vale do Rio Doce: desafios e possibilidades. In: 4º CÓLOQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO. Belo Horizonte, 2016. Disponível em:<<http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2016/artigos/pdf/122.pdf>>. Acesso em 30 abr. de 2018.

SISTEMA INTEGRADO DE BASES GEOESPACIAIS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (GEOBASES). Disponível em: <<https://geobases.es.gov.br/>>. Acesso em 16 maio de 2018.